



ACESSO À UNIVERSIDADE PELA TRILHA OLÍMPICA

Aumenta o número de instituições que oferecem vagas na graduação a campeões de olimpíadas científicas, um modelo em desenvolvimento

Sarah Schmidt





Os medalhistas Novaes (à esq.), Leonardo (ao lado) e Bonet (abaixo): ingresso na Unicamp e na Unesp sem precisar fazer o vestibular

Presidente Prudente, graças a uma medalha de bronze conquistada na Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR). “No último ano do ensino médio eu estava muito atarefada, fazendo iniciação científica e curso técnico”, lembra. “Depois que um professor me falou das vagas olímpicas, pesquisei sobre os cursos e universidades que tinham essa modalidade. Decidi então priorizar a preparação e os estudos para as olimpíadas”, conta ela, que participava dessas competições desde o ensino fundamental. Ela chegou a tentar o vestibular regular para ciência da computação, mas não foi aprovada.

O estudante capixaba Nathan Leonardo, de 19 anos, adotou tática semelhante para ingressar na turma de 2023 do curso de engenharia de controle e automação da Unicamp. Com mais de 10 premiações em competições de astronomia, matemática e robótica, ele usou sua medalha de prata da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas (Obmep) como credencial para uma vaga reservada a alunos campeões. Durante o processo, diferentemente do que ocorreria no vestibular, ele nem precisou sair de Serra, a cidade onde vivia, já que pôde fazer tudo online, o que, segundo ele, também facilitou sua candidatura. “Coloquei como missão entrar na faculdade evitando cursinhos e apostei nas vagas olímpicas. Por isso, em 2022 me preparei muito para a Obmep, que valia mais pontos para o curso que eu queria fazer”, diz ele.

EM BUSCA DE TALENTOS

As universidades consideram as vagas olímpicas uma alternativa na busca pela diversidade no perfil de seus estudantes, mas ainda procuram caminhos para consolidar a modalidade. “A ideia é atrair talentos que são muito bons em uma área, mas que podem se perder no processo do vestibular”, explica o historiador José Alves Freitas, diretor da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp. Apesar do interesse crescente, ele ressalta que o número de matriculados ainda é inferior ao de vagas oferecidas, divididas em duas modalidades – as regulares e as extras. Para 564 vagas abertas nas cinco edições dessa modalidade na Unicamp, 267 medalhistas se matricularam. Quando não são preenchidas, as regulares voltam para o sistema de ampla concorrência do vestibular, enquanto as extras, criadas para essa modalidade, não são usadas. Para Freitas, outras

Estudantes que participam de olimpíadas científicas ganharam um motivo extra para se dedicar a elas: suas medalhas se tornaram uma porta de entrada para universidades públicas sem que precisem prestar vestibular ou Enem. Desde 2019, quando os primeiros alunos medalhistas ingressaram na graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – a primeira no país a utilizar essa via –, as chamadas “vagas olímpicas” têm avançado. Ao menos outras cinco instituições públicas começaram a reservar vagas para medalhistas: as universidades de São Paulo (USP) e Estadual Paulista (Unesp), e as federais de Itajubá (Unifei), do ABC Paulista (UFABC) e de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Em consequência, já há quem aposte na medalha como estratégia de acesso ao ensino superior. Foi o caso da paulista Yasmin Bonet, de 18 anos, que no início de 2023 entrou no curso de ciência da computação da Unesp, *campus* de

questões estão envolvidas no número restrito de matriculados. “Muitos alunos buscam vagas de cursos específicos. Na Unicamp, o campeão entre os olímpicos é a ciência da computação”, diz. Para o ingresso em 2023, a Unicamp ofereceu cinco vagas nesse curso – a quantidade de vagas abertas varia de acordo com o curso e a instituição.

Efeito similar é observado na Unesp e na USP, universidades nas quais as vagas olímpicas são oferecidas de maneira adicional às regulares. Na Unesp, 863 vagas foram abertas desde 2020 e apenas 137 alunos as aproveitaram. Na USP, de 113 vagas abertas em 2019 para ingresso em 2020, só 30 estudantes se matricularam. “Ainda estamos analisando a situação, mas uma das hipóteses é que nem sempre há vaga olímpica para o curso que o medalhista quer. Ele pode se inscrever no processo, mas também busca outros caminhos, como o próprio vestibular”, avalia o pedagogo Marcos Garcia Neira, pró-reitor adjunto de Graduação da USP. A universidade pausou a modalidade durante a pandemia, mas pretende retomá-la para o ingresso em 2024

De acordo com Neira, a USP deve ampliar a gama de cursos e de competições aceitas para além das ciências exatas e biológicas e, por isso, vai elevar o número de vagas para 200. A Olimpíada Brasileira de Linguística (OBL) e a Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB), por exemplo, devem ser incorporadas no próximo ano – esta última já é aceita na Unicamp, na Unesp e na UFMS. A Unesp também planeja ampliar a oferta de vagas. “Prendemos discutir a possibilidade de revisão do limite de 10% de vagas adicionais que podem ser oferecidas”, informou a fonoaudióloga Celia Giacheti, pró-reitora de Graduação da universidade.

Para o físico Antônio Carlos Hernandez, que foi pró-reitor de Graduação da USP, esse movimento é necessário. “Quanto mais oportunidades de acesso ao ensino superior público forem oferecidas aos estudantes de ensino médio que se destacam em competições de conhecimento, melhor será para o ambiente acadêmico das universidades. Ampliar a diversidade é a certeza de uma melhor formação acadêmica aos alunos”, disse, por e-mail. Freitas, da Unicamp, ressalta que muitos estudantes já usavam as medalhas em processos de seleção de universidades no exterior por serem valorizadas em países como os Estados Unidos. “Para atrair esses alunos, só oferecer a vaga ainda é pouco. Algo que poderia torná-las mais atrativas seria oferecer bolsas, inclusive pelas agências de fomento”, observa Freitas. A diretora do Departamento de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia

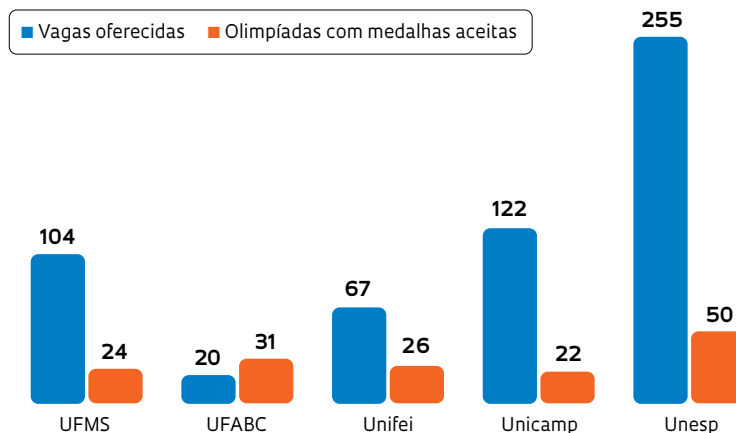


e Inovação (MCTI), Juana Nunes, concorda. “Os que ganham medalhas precisam ter como horizonte as universidades públicas brasileiras. Para isso, precisam de mais incentivos, como bolsas e subsídios”, avalia.

De acordo com o relatório “Open doors 2022”, do Instituto de Educação Internacional, dos Estados Unidos, 14.897 estudantes de graduação brasileiros estavam em instituições de ensino superior norte-americanas nos anos letivos de 2021 e 2022, colocando o Brasil na oitava posição no ranking de países que mais enviam alunos. “Vejo as vagas olímpicas como uma tentativa de as universidades brasileiras evitarem que os alunos de alto rendimento saiam do país. Ao aceitar medalhas nacionais e internacionais, as instituições tentam se antecipar a essa partida”, avalia o físico João Canalle, da Universidade do

ONDE ESTÃO AS OPORTUNIDADES

Vagas olímpicas oferecidas no vestibular de 2023*



* A USP pausou a modalidade durante a pandemia, mas pretende retomá-la no próximo vestibular, para ingresso em 2024.

FONTES UNIVERSIDADES



Estudantes nas olimpíadas de História do Brasil, de Matemática das Escolas Públicas (à dir.) e de Biologia (abaixo): atração de talentos



Estado do Rio de Janeiro (Uerj), coordenador da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Aeronáutica (OBA), uma das maiores do país, que em 2023 teve 1,38 milhão de participantes.

Deixar o Brasil foi a decisão de uma das medalhistas de ouro da OBA Katarine Emanuela Klitzke, de Timbó, Santa Catarina. Em 2018, então no último ano do ensino médio, ela precisou escolher entre estudar para o vestibular e se preparar para disputar a final da Olimpíada Latino-americana de Astronomia e Astronáutica (Olaa), que seria realizada no Paraguai. “Decidi apostar na olimpíada porque sabia que essa medalha contaria bastante para universidades fora do país”, conta. Conquistou o ouro na Olaa, chegou a se inscrever no primeiro edital de vagas olímpicas da Unicamp e foi selecionada. Mas, como foi aprovada também em três universidades norte-americanas, optou pelo Georgia Institute of Technology, na cidade de

Atlanta. “Como a iniciativa brasileira ainda estava no começo e ninguém sabia muito bem como iria funcionar, preferi ir para fora. Os laboratórios de alta tecnologia foram um grande atrativo”, lembra. No final de 2022, graduou-se em engenharia da computação com ênfase em astrofísica e inteligência artificial. Hoje trabalha como engenheira de hardware da Microsoft, nos Estados Unidos.

Medalhista de ouro também na Obmep, a estatística paulista recém-formada pela Unicamp Natainá Novaes, de 22 anos, fez parte da primeira turma olímpica que ingressou na universidade, há pouco mais de quatro anos. Ela faz um alerta aos estudantes interessados em concorrer a uma vaga na modalidade: é preciso ficar de olho nas regras dos editais de cada universidade. Como não há provas seletivas, cada uma estabelece uma pontuação de acordo com o tipo de curso, da olimpíada aceita e da premiação conquistada pelo estudante. Os alunos precisam se inscrever e anexar os certificados e documentos exigidos, e um comitê faz a avaliação. Dependendo do curso, alguns tipos de competição podem valer mais.

“Cada medalha tem um peso diferente, em alguns lugares as olimpíadas internacionais pontuam mais. Em critérios de desempate, o histórico escolar conta bastante”, observa. A estatística começou a participar de competições científicas no 9º ano do ensino fundamental. Depois foi cursar o ensino médio com técnico em informática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), campus de São João da Boa Vista, e ganhou mais três medalhas. Em 2018, quando se preparava para o vestibular, descobriu as vagas olímpicas da Unicamp. “Decidi me concentrar na preparação para a Obmep. A meta era pegar o ouro para entrar na universidade estudando o que eu gosto, o que deixou esse processo mais leve”, lembra. Hoje trabalha como engenheira júnior na Serasa, unidade de São Carlos, e planeja uma pós-graduação em ciência da computação ou inteligência artificial.



O prazo de validade da medalha varia de acordo com a instituição: há as que aceitam premiações de até dois anos anteriores, enquanto outras admitem premiações mais antigas. O estudante Jonas Me- nino, de 18 anos, de Barra Bonita, interior paulista, ingressou em 2023 no curso de física médica no *campus* de Botucatu da Unesp graças a uma meda- lha de ouro da OBA conquistada quando ele ainda estava no ensino fundamental, em 2019. Essa foi a última premiação que ele alcançou antes de ser diagnosticado com ansiedade e depressão. “Eu sempre gostei muito de estudar, tinha um bom desempenho e já havia ganhado ouro e bronze em competições de matemática. Em 2020, logo quando comecei o ensino médio, veio a pandemia e tudo mudou”, recorda-se. “As aulas passaram a ser re- motas. Assim como outros colegas de sala, eu não conseguia mais ter foco e ir bem nas disciplinas. Passei a fazer tratamento psicológico.”

Ele chegou a participar de edições remotas de competições científicas, mas não conquistou ne- nhuma premiação. Também prestou vestibular para algumas universidades e não passou. “Até que uma tia me avisou das vagas olímpicas da Unesp. Descobri que minha medalha do ensino fundamental ainda poderia ser usada e me can- didatei ao curso de física médica. Foi uma mu- dança radical: desde que entrei na universidade, um sonho meu, estou bem, voltei a ser focado.”

Na avaliação da pesquisadora do Ins- tituto Butantan, Sonia Chudzinski, coordenadora da Olimpíada Brasi- leira de Biologia (OBB), a crescente adesão das universidades às vagas olímpicas representa um passo im- portante. “O estudante é agracia- do pelo bom desempenho em uma área que ele realmente gosta. Nem os gênios são bons em tudo”, observa. Ela res- salta que a edição de 2023 da OBB contou com 150 mil inscritos – um crescimento de 50% em relação ao número do ano anterior – e credita parte desse avanço ao cenário pós-pandemia e às vagas olímpicas. “Percebemos que há um público novo interessado na possibilidade de entrar na graduação por meio das premiações.” A OBB é aceita para ingresso na Unicamp, Unesp, USP, Unifei e UFMS.

O matemático Claudio Landim, coordena- dor da Obmep e diretor-adjunto do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro, elogia a estratégia das instituições de ensino superior. “Uma universidade não deveria selecionar os alunos apenas pelo que são, ou seja, por aquilo que conseguem mostrar em uma pro- va, mas pelo que podem vir a ser.” Para ele, mui- tas olimpíadas têm esse papel de apontar quem pode brilhar, caso receba estímulo. “A resolução



dos problemas da prova da Obmep não requer conhecimento em matemática, mas capacidade de raciocínio, imaginação e criatividade. Assim, conseguimos detectar aqueles que têm talento para a matemática.” Criada em 2005, neste ano a Obmep teve 18 milhões de participantes na primeira fase e é considerada a maior olimpí- ada do país. Ela já nasceu como uma política do MCTI e do Ministério da Educação (MEC), por meio do Impa, e conta com orçamento anual ga- rantido – a última edição custou cerca de R\$ 40 milhões. É possível que em 2024 os medalhistas da Obmep tenham mais um lugar para ingressar com suas premiações. O Impa está desenvolvendo uma nova graduação de matemática aplicada à tecnologia e inovação cujo processo seletivo das 100 vagas levará em conta o desempenho dos destaques na olimpíada.

O físico Euclides Marega Júnior, do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da USP, observa que essas competições têm ganhado importân- cia para o calendário das escolas ao longo dos últimos 20 anos. “Isso tem ocorrido porque elas propõem uma atividade extracurricular que atinge uma quantidade cada vez maior de es- tudantes que desde o ensino médio se sentem motivados a adquirirem conhecimento para es- sas atividades”, afirmou, por e-mail. Em 1995, ele criou uma competição de física para es- tudantes do ensino médio que viria a se tornar,

Katarine Klitzke conseguiu uma vaga olímpica da Unicamp, mas acabou indo para o Georgia Institute of Technology, nos Estados Unidos, onde se formou

AS FONTES DE FINANCIAMENTO DAS COMPETIÇÕES

Organizadores afirmam que as olimpíadas se multiplicaram, mas os recursos para promovê-las, não

Segundo os coordenadores das olimpíadas científicas ouvidos nesta reportagem – com exceção da Obmep, que já tem seus recursos anuais garantidos –, diversas fontes de financiamento se combinam para viabilizar as competições. São verbas de institutos e universidades a que estão vinculadas e parcerias privadas. Uma parcela importante é proveniente das chamadas públicas financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e abertas anualmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que ocorrem desde 2002.

Em um estudo publicado no *Caderno Brasileiro de Ensino de Física* em abril de 2022, pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) analisaram os editais do período de 2005 a 2015. Eles contabilizaram 11 chamadas, nas quais 229 projetos foram submetidos.

Ao todo, 96 foram aprovados para realizar 21 olimpíadas, com predominância de áreas das ciências exatas e da Terra – o aporte foi de cerca de R\$ 25 milhões, uma média de R\$ 2,2 milhões por ano, mas os valores variaram de R\$ 800 mil a R\$ 4 milhões. Nessa variação pesaram as fontes de recursos, que se revezaram e por vezes se acumularam: MCTI, CNPq, MEC – por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). “Há um crescimento na relevância dessas olimpíadas, e o orçamento, por outro lado, se mantém praticamente o mesmo de uma década atrás”, diz o físico Willian Vieira de Abreu, da UFRJ, primeiro autor do estudo.

Em 2021, a chamada do CNPq ofereceu R\$ 4 milhões. Na última, de 2022, foram cerca de R\$ 8,8 milhões e 31 competições foram contempladas. O aumento ocorreu por

conta de um aporte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) de cerca de R\$ 5,8 milhões, de acordo com a gestora da chamada das olimpíadas científicas no CNPq, Ana Cláudia Mota. “Pela primeira vez, abrimos três linhas de projetos: além das olimpíadas internacionais e nacionais, houve uma terceira para a categoria das regionais”, explica Mota. Competições que buscam ampliar a diversidade de participantes foram contempladas, como a II Olimpíada Nacional de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas, organizada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Segundo a diretora de Popularização da Ciência e Educação Científica do MCTI, Juana Nunes, para 2023 serão aportados R\$ 13 milhões para a Chamada de Olimpíadas, sendo R\$ 8 milhões do orçamento do MCTI e R\$ 5 milhões do orçamento do CNPq.

em 1999, a Olimpíada Brasileira de Física e por muitos anos preparou equipes de alunos para competições internacionais.

Segundo o MCTI, o país conta atualmente com 104 competições do conhecimento, nas mais diversas áreas das ciências sociais, biológicas e humanas. “Há alguns anos tínhamos cerca de 20 olimpíadas. Hoje vemos uma profusão delas, algumas que aparecem e somem em poucos anos. É preciso ter um projeto educacional de longo prazo”, diz Cristina Mene-guello, da Unicamp, coordenadora da ONHB, que, neste ano, em sua 15ª edição, teve 30.524 equipes inscritas – cada uma tem até três alunos e um professor. “Ao mesmo tempo que as vagas olímpicas são mais um reconhecimento do papel das olimpíadas na promoção da ciência, criam uma responsabilidade maior sobre elas”, observa a historiadora, que integra um grupo de trabalho do MCTI, elaborado no começo de junho, para avaliar e discutir as olimpíadas científicas, entre outras atividades de popularização da ciência.

“Algumas perguntas que estamos fazendo nesse grupo de trabalho são: precisamos mesmo de mais de cem olimpíadas? Ou precisamos qualificar melhor as propostas identificando iniciativas semelhantes, dando oportunidades para

fomentar novas ações em diversas áreas do conhecimento?”, questiona Juana Nunes, do MCTI. Segundo ela, o objetivo do grupo, que conta com 15 especialistas na área, é construir uma proposta para um programa nacional de popularização da ciência. “A ideia é discutir caminhos para que as vagas olímpicas possam, no futuro, deixar de ser iniciativas isoladas e, quem sabe, serem expandidas para todas as universidades federais.”

Para o coordenador da Olimpíada Brasileira de Linguística (OBL), Bruno L’Astorina, o crescimento no número de competições é um processo esperado, já que mais professores e pesquisadores passaram a se interessar por essas atividades. “É natural que apareçam competições sobre os mais diversos temas”, afirma. Isso gera uma questão para as escolas, que são desafiadas a preparar alunos para múltiplas competições. “Um aluno não consegue participar de tantas olimpíadas”, diz. Ele conta que tem conversado com coordenadores de outras olimpíadas sobre caminhos para fazer uma integração de iniciativas. “É um desafio e ainda não sabemos como fazer isso sem perder a cultura de cada uma delas”, diz. Na edição de 2022, a OBL registrou cerca de 10 mil participantes. ■

Artigo científico

ABREU, W. V. et al. Olimpíadas científicas: Análise dos projetos apoiados por editais do CNPq (2005-2015). *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*. v. 39, n. 1, p. 59-82. abr. 2022.